

O cenário político brasileiro e as eleições de 2024

Humberto Dantas

Resumo

Cada eleição no Brasil reserva novidades associadas a mudanças de regras, e para além disso, 2024 carrega a necessidade de se compreender o que podemos esperar de um possível espelhamento de questões nacionais nos pleitos locais, com ênfase na polarização ideológica que se caracteriza e se aprofunda na realidade brasileira. Ademais, em 2020 o pleito se deu sob a pandemia, que pode ter impactado em algumas características atreladas ao comportamento local dos partidos. Unir todos esses elementos num único texto, em tom de ensaio, traz provocações hipotéticas sobre o que será das eleições municipais desse ano no país. A conferir.

Abstract

Each election in Brazil has new features associated with changes in the rules, and in addition, 2024 brings with it the need to understand what we can expect from a possible mirroring of national issues in local elections, with an emphasis on the ideological polarization that characterizes and deepens the Brazilian reality. In addition, in 2020 the election took place under the pandemic, which may have had an impact on some characteristics linked to the local behavior of the parties. Bringing all these elements together in a single text, in the tone of an essay, brings

hypothetical provocations about what will become of this year's municipal elections in the country. Check it out.

Introdução

Faz dez anos o Brasil conheceu a mais equilibrada eleição de sua história até então. O segundo turno disputado entre a presidente Dilma Rousseff (PT), que buscava a reeleição, e o senador mineiro Aécio Neves (PSDB) trazia números que indicavam uma intensidade poucas vezes vistas. Os episódios de equilíbrio intenso começaram ainda no primeiro turno. Com a trágica morte do ex-governador pernambucano Eduardo Campos (PSB), postulante ao Planalto, em meio à campanha, seu posto foi ocupado pela então candidata a vice-presidente, a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva (PSB), que quatro anos antes teve votação inesperada na corrida presidencial e, depois de ter frustrada a tentativa de composição de seu partido em 2013, a Rede Sustentabilidade, se associou a Campos.

A partir de determinado instante na disputa presidencial, ela se revezou com Aécio Neves na condição de quem teria maiores condições de representar, no segundo turno, um fenômeno essencialmente estratégico para entender a política a partir de anos recentes: o antipetismo forjado sobre a ideia de grandes escândalos de corrupção *versus* a defesa do legado do PT, no poder desde 2003, e sobretudo de Lula. Nitidamente, partes representativas do eleitorado se posicionavam eleitoralmente a despeito do que Marina e Aécio representavam ideológica ou partidariamente. O intuito maior passou a ser calcular quem teria maiores condições de derrotar o PT. Na apuração, Dilma ficou com mais de 41% dos votos, Aécio superou 33% e Marina atingiu 21%. As primeiras pesquisas divulgadas para o segundo turno não deixavam dúvidas sobre o que se tinha naquele instante: em 09 de outubro, Aécio Neves tinha 51% dos votos válidos nas pesquisas de intenção de voto de acordo com Ibope e Datafolha, os principais institutos à época, com Dilma tecnicamente empatada em 49%. O resultado final do pleito: Dilma Rousseff (PT)

foi reeleita com 51,6% dos votos válidos e Aécio Neves (PSDB) obteve 48,4%, uma diferença numérica de apenas 3,5 milhões de votos, ou seja, o volume de votos válidos de Goiás naquele ano.

Mas o que chama mais a atenção não são estes números. Quatro pontos merecem destaque à ocasião: um ácido processo de linchamento da política que começou em meados de 2013, um nível de ataques extremados entre as candidaturas presidenciais, uma entrevista de um deputado federal do PP fluminense dado por folclórico e violento garantindo que venceria a próxima corrida ao Planalto diante daquele cenário extremo e as taxas de rejeição dos postulantes no segundo turno. Neste último caso, na semana da derradeira rodada eleitoral, Aécio marcava 41% de entrevistados que afirmavam que não votariam nele “de jeito nenhum” contra 38% de Dilma Rousseff. Era o apogeu de uma disputa renhida e atípica à realidade nacional.

Nada do que foi descrito acima tem equivalência no que se assistiu em 2022 entre Lula (PT) e Bolsonaro (PL), o então presidente que buscava a reeleição e, como deputado federal, dera a entrevista em 2014. A percepção de um cenário muito intenso em termos eleitorais fez o militar radical da reserva compreender que a onda de rejeição a parcelas da política o levaria a bons resultados nas urnas, o que percepções analíticas também creditam ao atentado sofrido em setembro que o colocou em máxima evidência. Mas um de seus adversários à ocasião promoveu dois movimentos que antecipavam, ou corroboravam, o que se tinha à ocasião. Ciro Gomes (PDT), primeiramente, era intenso contra o PT nos debates iniciais, mas tratava docemente o candidato do PSL, partido de Bolsonaro à época. Seria a estratégia para ir com ele ao segundo turno, ou algum dado de pesquisa que sugeria que o militar reformado tinha consigo um eleitorado fiel e incapaz de ver seu “Mito”, como passou a ser chamado, destrutado? Ademais, falava que a eleição daquele ano exigia intensidade e testosterona, o que findou o envolvendo em mais uma acusação exacerbada de um machismo arraigado, algo que ocorrera em 2002 e se repetiria outras tantas vezes, mas nesse caso de 2022 se direcionou para Marina Silva, candidata pela Rede. Nada disso funcionou,

mas méritos à leitura, a despeito das grosserias e formas pouco polidas de analisar fenômenos.

O fato é que 2022 carregou consigo uma divisão quase absoluta de votos entre Lula e Bolsonaro já no primeiro turno. Somados, na rodada inicial, eles superaram 91% dos votos válidos, ultrapassando a marca de 2006 quando Lula, e seu hoje vice-presidente, Geraldo Alckmin, então no PSDB, passaram a marca de 90 pontos. Naquela ocasião, no entanto, uma interpretação da justiça eleitoral sobre a verticalização das coligações retirou formalmente do pleito presidencial seis dos dez maiores políticos do país. Em 2022, não. Partidos relevantes como o União Brasil, bem com o MDB com o apoio do PSDB, lançaram candidaturas próprias que naufragaram na intensidade da polarização aqui destacada. Mas o símbolo maior da intensidade ainda estava por ser registrado.

No segundo turno, a média das pesquisas divulgadas por semana do pleito mostrou Lula com: 49%, 48,6%, 47,6%, 47,5% e, na véspera do pleito, com 48,5% do total de votos. Já Bolsonaro tinha 43,6%, 44,7%, 44,8%, 45,5% e 44,7%. Em termos da margem de erro média, Lula podia ter 46,5% e Bolsonaro 46,7%. Assim, a eleição estava empatada na margem, e a intensidade do comparecimento poderia decidir o pleito, ou seja, o eleitorado mais fiel se absteria menos e poderia definir a corrida. Nas urnas, a diferença foi inferior a dois pontos percentuais: 50,9% para Lula e 49,1% para Bolsonaro, ou pouco mais de dois milhões de votos, o equivalente ao eleitorado do Distrito Federal à ocasião. Mas para além disso, outro dado chama muito a atenção: a rejeição a ambos chegou a limites inimagináveis para os padrões eleitorais brasileiros. Na semana do segundo turno, a média de Lula estava em 45% de “não voto nele de jeito nenhum” e o resultado de Bolsonaro atingia 49%, ou seja, o volume de oposição das candidaturas, uma à outra, beirava a intolerância espelhada quase absoluta. Poucos institutos, inclusive, chegaram a capturar inversão plena dessa rejeição em relação às intenções de voto, ou seja, enquanto Lula tinha 51% de adesão, carregava 49% de intolerância, e Bolsonaro compensava tal cenário com 51% de aversão e 49% de fidelidade.

O resultado de tal cisão é bastante conhecido. É persistente, até hoje, inclusive com impacto sobre a justiça, que busca julgar o que teria sido uma nítida tentativa de golpe de estado por parte do então presidente Bolsonaro e setores das forças armadas do país. Sobre as intensidades vividas sociologicamente, livro de Felipe Nunes e Thomas Traumann, intitulado “A biografia do abismo – como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil” busca compreender o que significou levar a eleição às consequências infinitamente mais intensas do que uma disputa por votos e um projeto de país.

Diante de todo esse contexto, algo precisa ser dito sobre 2024: como o cenário político brasileiro, que tem no que foi descrito acima sua característica mais impactante, se relaciona com o que temos em torno das eleições municipais? Em tom ensaístico, o texto aqui se compromete a compreender tal questão olhando para dados e para como os partidos se relacionam nas cidades, bem como o quanto as recentes mudanças atreladas às reformas políticas podem trazer elementos adicionais para este debate. A hipótese central aqui, que será verificada ao término do pleito apenas, se consolida na ideia de que existe alguma relação entre cisões e polarizações nacionais, mas a eleição local tem dinâmicas peculiares à luz das realidades locais.

O que esperar das eleições de 2024?

Uma descrição do mundo em 2020, data da última eleição municipal, mostra o quanto 2024 parece trazer desafios para a compreensão da política, com destaque para os partidos. No ano em que o mundo foi acometido pela pandemia do Covid-19, o Brasil lançou mão da aprovação de uma emenda constitucional que carregou consigo uma flexibilização coerente na ideia do princípio de anualidade das leis eleitorais. Isso representou um atraso do calendário e o pleito saiu de outubro para ser realizado em novembro, quando se imaginou que o coronavírus arrefecia seu impacto sobre as vítimas.

Naquela ocasião, o presidente Jair Messias Bolsonaro governava o país sem partido, depois de abandonar o PSL com menos de um ano no poder, ainda em 2019. Sua adesão ao PL só ocorreria no final de 2021. O PT era uma legenda que tinha seus adeptos, chegara ao segundo turno presidencial em 2018, mas encolhia significativamente em diversas dimensões e indicadores de natureza partidária, carregando consigo o fenômeno do antipetismo como algo bastante vivo em parcelas da sociedade. Isso até ganhar o pleito de 2022 e arrefecer parte de alguns desses desafios de forma relevante. As federações partidárias ainda não tinham sido aprovadas, o que significava a não junção de PT, PC do B e PV, assim como de PSOL e Rede, ou de PSDB e Cidadania. Fusões relevantes não haviam se consolidado, sendo a mais emblemática de todas elas aquela protagonizada por PSL e DEM, que deu origem ao União Brasil. É inimaginável que tudo o que está descrito convive com o fato de que vereadores eleitos em 2020 e empossados em 2021, precisaram, à luz da lei, esperar a janela de troca partidária de 2024 para se realinharem em torno dos partidos e de certas intensidades vividas em nossa política. Este é um primeiro ponto essencial desta análise: não há uma consolidação, na justiça eleitoral, por exemplo, que deveria se responsabilizar por tal organização, das alterações feitas pelos vereadores na abertura da janela constitucional de mudança de legenda. Mas é fato que com base nos eleitos em 2020 que tentarão a reeleição em 2024, ou buscarão os postos de prefeito e vice, será possível contabilizar o volume de trocas de legendas. O quadro conjuntural acima sugere que o total de movimentos foi bastante intenso entre o início de março e o começo de abril de 2024 – prazo dado pela lei.

Outro ponto relevante capaz de apontar nessa direção está associado ao total de prefeitos, eleitos majoritariamente e livres para mudarem de partido a qualquer instante, que se movimentaram entre as legendas. O portal de notícias Poder360, em novembro de 2023, buscava dimensionar tal tráfego. E aqui o primeiro sinal de que a polarização entre PL e PT não dará o tom da intensidade eleitoral, ao menos nominalmente entre tais agremiações. Pelo menos entre as eleições de 2020 e novem-

bro de 2023, o partido de Lula (PT) ganhou apenas 45 prefeitos, e o PL de Jair Bolsonaro somente 23. O PSD, com um acréscimo de 308 mandatários municipais aos seus quadros foi, com folga, a legenda que mais cresceu com a infidelidade partidária no período, seguido até então por: Podemos (53), Avante (43) e MDB (39), sem contar nesta lista o próprio PT. Na contramão dessas expansões, o PSDB (-186), o Cidadania (-69) e o PDT (-60) foram os mais fustigados, sendo que os dois primeiros formaram uma federação e obtiveram resultados extremamente frágeis em 2022, numa espécie de abraço dos afogados. No total de cidades governadas seguindo a pesquisa do Poder360, PL com 371 municípios e PT com 227 passam longe da pujança de partidos que compõem o que se costuma chamar de Centrão na Câmara dos Deputados: PSD (968 cidades), MDB (838), PP (712) e União Brasil (564) são as maiores e, juntas, até aquele instante, comandavam mais de 55% das cidades brasileiras. Importante verificar como ficou essa distribuição de forças entre novembro de 2023 e o prazo final de filiação para a disputa do pleito de 2024: o início de abril.

Para além dessa situação, a intensa polarização entre Lula e Bolsonaro vivida em 2022 carrega consigo uma distribuição geográfica pelos municípios muito desequilibrada em termos das conquistas de cada um dos candidatos nas urnas. Dos 5.568 municípios brasileiros, no segundo turno presidencial apenas em 1.087, ou menos de 20% do total das cidades, a diferença entre Lula e Bolsonaro ficou, para um ou para outro, abaixo dos 10% dos votos, o que em tese poderia dar indícios de simbolizar uma divisão ferrenha, dentro de cada cidade, que replicasse localmente a cisão nacional. Outro exemplo da raridade desse equilíbrio dentro das municipalidades: em apenas 522 cidades a relação de votos de Bolsonaro em relação a Lula foi equivalente a algo entre 0,90 e 1,10, o que significa menos de 10% dos municípios. Faz sentido insistir na polarização como estratégia nacional? Ademais, estas, e todas as demais cidades, possuem dinâmicas próprias em torno de seus grupos políticos locais, o que significa que em muitas localidades partidos de direita terão como principais adversários a própria

direita em termos partidários, o mesmo ocorrendo com a esquerda. E não se está contabilizando aqui o peso das dinâmicas estaduais sobre as realidades municipais, algo a ser considerado e observado com bastante atenção.

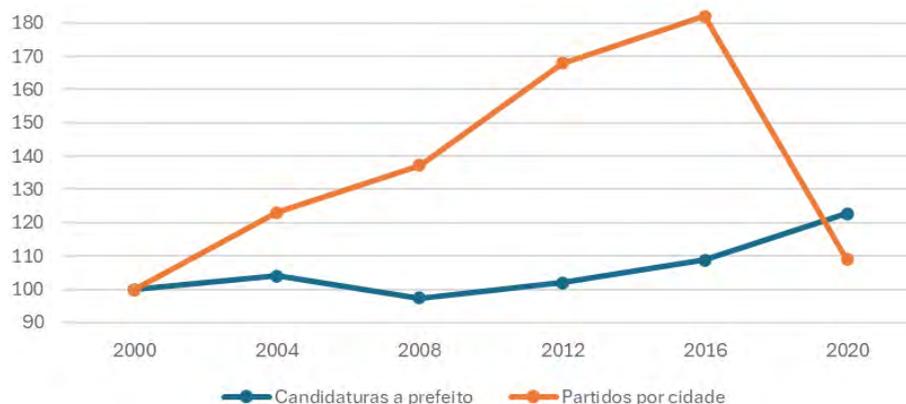
Nesse sentido, observar as coligações estabelecidas pelos partidos nos municípios em 2020 pode ser um indicador relevante dessa compreensão sobre o cenário político para as eleições de 2024. À ocasião, a bem da verdade, Bolsonaro sequer tinha um partido. Abandonara o PSL em 2019 e se filiara ao PL em 2021. Estrategicamente, como de costume em sua agenda de ações com outros políticos, fugiu da responsabilidade de, como presidente, emprestar apoio nominal para lideranças ou partidos que pudessem o envolver em algum tipo de problema ou lhe tirassem a falsa aura de *outsider*. Poucos foram os nomes efetivamente bancados por Bolsonaro na disputa municipal em 2020: Celso Russomanno (REP) em São Paulo, seu filho Carlos como vereador no Rio de Janeiro, a frustrada tentativa de reeleição de Marcelo Crivella (REP) no universo carioca, Bruno Engler em Belo Horizonte e nada muito além disso e sem grande motivação. Depois que foi derrotado na sua tentativa de reeleição em 2022, no entanto, Bolsonaro passou a dizer que seria o maior cabo eleitoral de um PL que elegeria, sozinho, mais de mil prefeitos. Pouco provável. Mas seu nome é importante em diversas estratégias, e sua legenda conta com uma postura sua mais ativa nas campanhas, algo que o ex-presidente admite que lhe falta em termos de estratégia e atitude.

Pelos lados do PT, Lula sabe que precisará cumprir uma ampla agenda de acordos partidários que passam por sua governabilidade e, em alguns lugares, terá que rifar o PT ou buscar costuras que garantam o apoio de sua legenda a terceiros. Em São Paulo, por exemplo, há um equilíbrio e uma dificuldade entre cumprir o compromisso de apoiar o PSOL, que em 2022 abriu mão de candidatura própria ao Planalto pela primeira vez em troca do apoio petista a Guilherme Boulos, e conviver com o PSB de Tábata Amaral que terá o apoio de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República. Este caso não é único, mas há que se consi-

derar que a realidade paulistana costumeiramente é bastante nacionalizada e tem grande peso na política estadual, o mesmo não ocorrendo na imensa maioria de municípios, muito pequenos e com dinâmicas próprias que sequer conseguem ter a atenção dos políticos nacionais das legendas.

Assim, partidariamente é relevante compreender o que ocorreu em 2020 e o que pode ocorrer agora. O primeiro ponto nesse sentido: algumas observações sobre mudanças na lei eleitoral. Naquele ano debutou a proibição legal às coligações em eleições proporcionais, ou seja, os partidos foram obrigados a tentarem formar, sozinhos, chapas competitivas para a disputa das vagas nas Câmaras Municipais. O resultado foi uma redução no total de legendas por cidade e um aumento no volume de chapas majoritárias, uma vez que há uma percepção estratégica, dentre outras tantas que convivem, de que votos para prefeito são capazes de alavancar escolhas para a Câmara Municipal. O Gráfico 1 mostra, assim, na forma de número índice igual a 100 baseado na realidade de 2000, a evolução no total de candidaturas a prefeito e no total de partidos por cidade – nesse caso no pleito majoritário.

GRÁFICO 1. Variação total de candidaturas a prefeito e de partidos por cidade – número índice de 2000 – 100



Fonte: TSE.

Nota-se pelo gráfico que o total de candidaturas a prefeito nas cidades, exceção feita ao ano de 2008, é crescente. O ritmo de aumento dos partidos por município, por sua vez, carrega uma intensidade de crescimento expressivamente melhor até 2016. Isso representa, no pleito majoritário, um crescimento entre 2000 e 2016 na dimensão das coligações. Os partidos se espalharam pelos municípios de maneira significativa e o total de candidaturas não acompanha este ritmo. Parte dessa maior quantidade de legendas por cidade verificada em quatro pleitos seguidos resulta em negociações para a composição de estratégias que envolviam também alianças proporcionais. Assim, por exemplo, pequenos grupos locais espalhados pelas cidades perceberam que o controle de um partido poderia render resultados em trocas múltiplas para a formação de coligações. Parte disso se arrefeceu com o fim da possibilidade de alianças formais serem formatadas para os cargos proporcionais. E, como hipótese, devolveu o total de partidos por aliança majoritária, usado aqui como termômetro para o total de legendas por cidade, para os padrões do ano 2000 – aqui estamos falando em 7,8 partidos por cidade em 2000, um ápice de 14,2 em 2016, e uma volta para 8,5 em 2020. Alternativamente a esta hipótese é importante salientar que o prazo para filiação partidária e formatação de legendas na realidade local se encerra seis meses antes do pleito, e a definição de candidaturas apenas em agosto por meio de convenções, quando pensamos no calendário original do primeiro turno realizado em outubro de cada ano eleitoral. Em 2020, a pandemia forçou isolamento social no instante de parte dos partidos se firmarem e se organizarem nas cidades, o que localmente os grupos políticos, por vezes, arranjam às vésperas dos limites para o pleito. Já as candidaturas podem ter se adaptado melhor à realidade pandêmica em seu tempo de alinhamento, uma vez que são definidas em agosto, como já dito aqui.

Tais considerações são hipóteses que exigem pesquisa mais acurada, mas para 2024 devemos pensar nas seguintes possibilidades: a) se possuir um partido municipalmente como pequeno negócio se justificava pelo fato de se acoplar a chapas proporcionais em relacionamento as-

sociado a tantas outras trocas e entrelaçamentos estratégicos, o fim das coligações proporcionais explica grande parte da redução dos partidos, o que faz de 2024 um ano que testará a possibilidade de as legendas iniciarem um novo processo de se espriarem de forma mais estruturada pelas cidades ou; b) se a pandemia for a principal variável a explicar o fenômeno de redução dos partidos por cidade com maior ênfase, este ano voltamos ao que seria o normal da organização dos partidos, a volumes próximos aqueles de 2012 ou 2016. Obviamente os itens a e b podem ser complementares.

Além disso, em 2024 uma nova questão legal se impõe a esta realidade: as chapas proporcionais mudaram de tamanho em termos de limite de nomes apresentados ao eleitorado. É em 2024 que debuta na realidade municipal o máximo de candidaturas equivalentes a 100% da Câmara acrescida de um nome – ao invés de algo entre 150% e 300% como limite máximo de postulantes por partido ou coligação em relação às disputas que caracterizaram as últimas décadas, a despeito de mudanças legais nesses limites ao longo do período. Assim, por exemplo, uma Câmara com nove vereadores poderá ter em cada partido que deseja ocupar suas vagas, uma nominata com no máximo dez nomes ($100\% + 1$), e não mais algo como 150% a 300% de postulantes como nas leis anteriores. Isso pode reacender o interesse de alguns agrupamentos locais em relação às tentativas de se organizarem e disputarem pleitos municipais em número crescente de partidos? Se a resposta for positiva, provavelmente as duas linhas do Gráfico 1 apontarão para cima. A conferir.

Outro ponto que merece destaque nas eleições de 2024, que tradicionalmente dialoga de forma expressiva com tentativas de olhares para o cenário nacional, é como as legendas formatam as coligações majoritárias, ou seja, suas relações. Algo interessante aqui sugere o quanto a polarização política da nação perde muito sentido em termos de sua característica mais renhida. Os principais partidos do Brasil se alinham de formas absolutamente diversificadas pelos municípios, a ponto de se encontrar facilmente todo tipo de aliança. Estamos considerando aqui

que a despeito da composição da chapa, e a para além da dimensão do partido na cidade e de quem encabeça a candidatura, há uma mescla absoluta entre legendas.

TABELA 1. Total de locais onde os partidos foram adversários e onde foram aliados em coligações majoritárias no pleito de 2020

	PSD	MDB	DEM	PDT	PSDB	PL	PSB	CID	PTB	PP	PT	REP
PSD	3.313	764	670	507	709	623	551	292	463	808	546	508
MDB	1.525	3.759	708	610	745	661	542	374	533	875	588	509
DEM	1.232	1.334	2.881	480	830	549	456	391	503	693	270	477
PDT	1.072	1.210	953	2.456	447	412	519	235	384	561	525	342
PSDB	1.224	1.468	1.003	1.479	2.983	598	446	364	498	743	290	459
PL	1.117	1.171	933	1.317	1.602	2.553	397	290	364	581	379	402
PSB	1.027	1.149	999	1.325	1.447	1.252	2.377	268	327	532	494	345
CID	783	762	626	842	1.009	930	815	1.535	260	343	186	265
PTB	887	1.067	793	1.180	1.354	1.106	1.086	790	2.147	494	301	361
PP	1.310	1.536	1.082	1.672	1.816	1.645	1.550	1.023	1.372	3.323	526	482
PT	1.323	1.440	1.234	1.507	1.564	1.448	1.414	844	1.210	1.874	2.833	288
REP	1.015	1.067	905	1.200	1.391	1.262	1.209	843	1.074	1.447	1.320	2.223

Fonte: TSE.

A diagonal principal da tabela equivale ao total de cidades em que cada partido esteve presente nas eleições de 2020 no pleito majoritário – com candidatos ou imersos em coligações. Tal volume é bem menor do que o ápice atingido em 2012, antes das jornadas de junho de 2013, do antipetismo extremo, do impeachment presidencial de 2016 e de tantos outros fenômenos relevantes à política do Brasil na última década. Ali, ao menos oito desses partidos superavam com facilidade 3.500 municípios de presença, com PMDB e PT chegando em algo como 5.000. Aqui, em 2020, apenas MDB, PSD e PP superaram 3.000 cidades.

Na Tabela 1, em 2020, é mais comum que partidos sejam adversários do que estejam unidos. A parte acima da diagonal principal da matriz mostra em quantas localidades as legendas estiveram juntas em torno de uma mesma chapa majoritária. Nenhum número supera mil cidades, fato que em 2012 se mostrava bastante diferente. Exercícios que desconsideravam PSD e Republicanos à época, mostravam que nenhum cruzamento de aliança apontava menos de mil acordos, e apenas PMDB e

PT superavam dois mil municípios unidos. Em 2020 o maior número é 875, justamente estabelecido entre as legendas mais presentes nas cidades: MDB e PP. Isso sugere certo caráter de aleatoriedade nos desenhos de acordos, reforçando a ideia de que em parte expressiva dos municípios partidos parecem ser mais utilizados como quesito legal para a disputa de eleições do que propriamente como a expressão de estratégias nacionais de grupos coordenados no plano federal.

Na diagonal inferior, por sua vez, algo que pode reforçar ainda mais tal compreensão: a quantidade de cidades em que os partidos foram, entre eles, adversários, ou seja, estavam em coligações opostas. Na imensa maioria dos casos ultrapassa-se com facilidade a marca de mil cidades, sendo que o Cidadania registra menos confrontos, mas também é a legenda ali representada menos presente nas eleições municipais de 2020. A divisão do total de cidades onde cada partido é adversário pelo volume de localidades onde são parceiros fica acima de 120% em todos os cruzamentos possíveis – caso de PSDB e DEM – e chega a ser cinco vezes maior para PT e DEM. A média geral é superior a 200%, ou seja, não há sinais de grandes tendências partidárias locais.

Se considerarmos apenas os confrontos diretos entre os partidos, ou seja, onde uma legenda é adversária da outra como cabeça de chapa, as misturas e mesclas se tornam ainda mais complexas. O maior confronto do Brasil em 2020 foi entre MDB e PP, em 432 cidades, ou seja, menos de 10% das cidades brasileiras. Em Apenas sete cruzamentos possíveis o número de confrontos superou 300 municípios. PT e PL, que ainda não recebera Bolsonaro naquele ano, foi somente o 27º embate direto mais comum, em 196 localidades.

Diante de tais aspectos parece relevante considerar que a chave para o pleito municipal de 2024 será compreender em que medida os partidos brasileiros se movimentarão no sentido de se espriarem mais pelo território nacional diante das novas regras, em algo que pode se converter, nos próximos anos, em novo aprendizado sobre como utilizar as regras para o exercício de comportamentos estratégicos. Entre 2000 e 2012, sendo possível estender a análise até 2016, isso significou

maior presença e maior adensamento das coligações – sem qualquer tendência a ordenamento com base em comportamentos federais. Além disso, cabe salientar que com as reformas, a partir de 2017, principalmente, o pleito municipal seguinte, impactado ou não pela pandemia, se mostrou bastante diferente. É nesse cenário de novas consolidações que assistiremos o que ocorrerá em 2024, lembrando que até mesmo no Congresso Nacional e em torno do Planalto os partidos têm se mostrado erráticos desde os governos anteriores, ofertando apoios e gerando conflitos. No atual mandato de Lula isso é nítido no comportamento de legendas como União Brasil, PSD, PP, Republicanos e MDB, por exemplo, que possuem ministérios e não parecem envolvidas integralmente em oferta de apoios.

Assim, serve de ponto de atenção, igualmente, o quanto o governo federal e os governos estaduais ainda conseguirão demonstrar força como indutores de apoio eleitoral a partir da distribuição de recursos orçamentários capazes de turbinar a campanha de aliados. Ademais, deve-se olhar para quem serão os partidos mais subsidiados, o que pode variar de estado para estado. Enquanto legenda, atenção máxima aos resultados do PSD, PP, União Brasil, MDB e Republicanos. Além deles, o que será da esquerda com PDT e PSB merece atenção. No plano das dificuldades, o que será de legendas como o PSDB, que se enfraquecem demais nos últimos anos. Por fim, cabe observar se Lula e Bolsonaro se mostrarão tão fortes nas cidades, sendo improvável imaginar um PL, e principalmente um PT, gigantes em prefeituras conquistadas.

Conclusão

Toda eleição e seus resultados carregam consigo aprendizados. O intuito desse texto não foi lançar prognósticos futurologistas, mas compreender que diante de mudanças legais, alterações no ordenamento partidário brasileiro, intensificação das polarizações nacionais e saída do epicentro da pandemia do COVID-19 teremos que ofertar muita atenção aos pontos aqui destacados, sobretudo em relação às eleições

de 2020. É mais do que natural que as intensidades de Lula e Bolsonaro serão replicadas em diversas cidades e discursos, assim como em milhares de embates e debates espalhados pelo Brasil. Entretanto, tal questão deve ficar aquém das percepções dos eleitores em termos locais nos pleitos majoritários, até porque geograficamente existe nítida divisão dessa cisão que findará não se encaixando nas realidades de cada um dos milhares de municípios brasileiros.

Nesse sentido, atenção máxima ao fato de que os partidos devem continuar a se espriar desordenadamente em seus acordos, reforçando a ideia de que em grande número de cidades duas questões são essenciais de serem observadas: em mais de 5.400 municípios não existe possibilidade legal de realização de segundo turno em pleito majoritário, o que finda estimulando a concentração de candidaturas em cerca de dois postulantes. Na contramão disso, o fato de o pleito proporcional proibir alianças formais, o que pode estimular o lançamento de nomes à Prefeitura apenas como balizador da busca por cadeiras nas Câmaras Municipais. Esse é um ponto relevante a ser medido em 2024, uma vez que 2020 atingiu o recorde de chapas majoritárias no Brasil.

Com relação a este último ponto: o quanto os partidos conseguirão voltar para as cidades em níveis superiores às presenças de 2000 e 2020? E o quanto a regra de 100% + 1 candidaturas para a Câmara facilitará a vida de tais legendas na corrida por cadeiras de vereadores. Por fim, o cenário político brasileiro mostra uma direita bastante fortalecida no Congresso Nacional, que tem imposto derrotas e dificuldades para um presidente da República de esquerda obrigado a governar com uma agenda de centro, em uma coalizão cara e ineficiente até este momento. O conservadorismo se manterá vivo na realidade brasileira, sobretudo nas capitais, o que é característica da democracia. Ademais, cabe lembrar que é no pleito municipal que a violência, que resulta em assassinados e atentados de toda ordem contra políticos ou por motivações políticas cresce significativamente. Cabe salientar que enquanto a Ciência Política olha para o processo eleitoral como um fenômeno de natureza democrática, existem mais de dois milhões de empregos de livre provi-

mento, entre cargos comissionados, profissionais sem vínculo permanente e estagiários, nas mãos de prefeitos e das máquinas municipais. A economia e a subsistência de milhares de pessoas estão em jogo numa eleição dessa natureza, e isso não pode ser desconsiderado se desejamos observar o sentido e a intensidade das eleições municipais.

Cabe mencionar como elemento final o fato de que até 90 dias antes das eleições de 2024, pela primeira vez a partir de um novo regramento de 2021, as cidades podem, sob solicitação da Câmara de Vereadores, acionarem o Tribunal Superior Eleitoral para a inclusão de perguntas associadas à ideia central de consultas populares ao eleitorado. Questões de ordem local podem ser definidas nas urnas, restando observar quantas cidades farão uso desse instrumento, quais os resultados, o impacto etc.

Humberto Dantas · Doutor em Ciência Política pela USP, com pós-doutorado em administração pública pela FGV-SP. Coordenador do curso de graduação em Gestão Pública da FipeEES, coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESPSP. Coordenador do coletivo Legis-Ativo, membro do conselho editorial da KAS-Brasil, diretor presidente do Movimento Voto Consciente e pesquisador parceiro do ReDem.